



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

## **ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS**

**ABERTURA** - Aos dez e onze dias de maio, de dois mil, às dez horas, na sala de reunião “Conselheiro Omilton Visconde”, do Conselho Nacional de Saúde, teve início a Nonagésima Sétima Reunião Ordinária do CNS. **APROVAÇÃO DA ATA** - Foram colocadas em apreciação as atas da 96ª Reunião Ordinária do CNS e da 16ª Reunião Extraordinária. Conselheira **Maria Lêda Dantas** fez ressalvas aos textos das atas. Conselheiro **Carlos Martins** fez referência ao item 07, da 96ª Reunião Ordinária, “*Proposta de Resolução da Comissão de Saneamento e Meio Ambiente*”, observando que deveria constar da ata o conteúdo da proposta de resolução submetida ao plenário, antes das deliberações. Conselheira **Maria Natividade Santana** disse que muitas de suas manifestações não constavam da ata e outras estavam incompletas, solicitando retificação. Conselheira **Zilda Arns** também solicitou retificação da sua fala, às linhas 20 e 21, a saber: “*Dom Paulo Evaristo Arns participara da audiência especial com o Presidente do Senado Federal e os Senadores líderes dos partidos*”. E, com relação ao informe nº 02, solicitou que a redação fosse feita desta forma: “*Conselheira Zilda Arns informou que fora realizada a reunião das Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão, contando com a presença das Universidades e da CONEP, onde fora apresentado documento de ética em pesquisa em áreas indígenas, o qual seria apreciado pelo CNS, após concluída sua revisão*”. A Conselheira comentou, ainda, que: “*faltava ao relator das atas entrar na alma das questões*”. Os Conselheiros **Sylvio Romero** e **Maria Natividade Santana** solicitaram a inclusão de seus nomes na lista de presença da ata da 96ª Reunião Ordinária. As atas foram consideradas aprovadas, com a incorporação das observações dos Conselheiros. Conselheiro **Jocélio Drummond** sugeriu que, no início de cada reunião ordinária, o Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** reservasse espaço para que os Conselheiros comentassem e, se necessário, reformulassem a pauta a ser apreciada. O Coordenador disse que levaria a sugestão para a Comissão de Coordenação Geral e consultaria o Regimento Interno do CNS.

**INFORMES: 1) Relatos da Mobilização do CNS pela PEC Aglutinativa 86-A:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** relatou os encaminhamentos da mobilização do CNS pela PEC Aglutinativa 86-A, decorrentes das discussões ocorridas da 16ª Reunião Ordinária, enfatizando os seguintes pontos: **I**) constituição de um Comitê Mobilizador de Conselheiros, que agendara audiências com o Presidente do Senado Federal, para iniciar a tramitação da PEC Aglutinativa 86-A; **II**) agendada audiência com os Presidentes das Comissões de Assuntos Sociais (Senador **Osmar Dias**) e de Constituição e Justiça (Senador **José Agripino Maia**) e com o Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família (Deputado **Kleuber Carneiro**); **III**) remetidos ofícios para todos os Senadores que presidem Comissões e líderes de partidos, para sensibilizá-los sobre a PEC; **IV**) remetida a todos os membros do Comitê Mobilizador a minuta da “*Carta Aberta*”, com prazo definido para o encaminhamento de sugestões; **V**) proposta de reunião conjunta entre a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e o Conselho Nacional de Saúde, a ser realizada no primeiro dia de reunião do CNS, no Senado Federal, às quatorze horas, da qual também participará os Presidentes das Comissões de Constituição e Justiça e de Seguridade Social e Família; **VI**) agendada audiência com o Senador **Francelino Pereira**, que possui poder de intercessão junto ao Presidente do Senado Federal. O Coordenador informou constar das pastas dos Conselheiros o despacho do Presidente do Senado Federal, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, encaminhando a PEC Aglutinativa 86-A à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. No conteúdo do despacho, o Presidente do Senado argumentava favoravelmente à tramitação da PEC, porém, contrariamente à sua aprovação, o que acarretou em mudança no teor da minuta da “*Carta Aberta*”, cujo foco central deixara de ser a tramitação da PEC e, sim, a sua aprovação. Concluindo, o Coordenador informou que constava das pastas dos Conselheiros um *folder* explicativo sobre o Conselho Nacional de Saúde e controle social. O Senhor **Ruy Nedel**, técnico do CNS, informou que fora garantida a presença do Presidente e do Relator da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, na reunião da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Externou, também, a significativa melhora no ambiente do Senado Federal, em favor da aprovação da PEC Aglutinativa 86-A. Conselheiro **José Luiz Spigolon** relatou que a Confederação dos Médicos do Brasil aproveitara a oportunidade da realização de um Congresso em Santos-SP, para discutir as ações que seriam desenvolvidas em relação à PEC,

estabelecendo que cada dirigente entraria em contato com o respectivo Senador de suas bases. Essa ação culminara em posicionamentos favoráveis por parte dos Senadores. Conselheiro **Augusto Amorim** relatou que a audiência com o Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal, Deputado **Kleuber Carneiro**, que contara com a participação direta de membros da Secretaria Executiva (o Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos**, o Senhor **Ruy Nedel** e a Senhora **Antônia Maria Vasconcelos**), fora bastante proveitosa e que o Deputado proporcionara o encontro do grupo com o Senador **Francelino Pereira**, que também demonstrara-se favorável em apoiar a mobilização pela aprovação da PEC. O grupo encontrara-se, também, com o Senador **José de Alencar**, que comprometeu-se a trabalhar para acelerar a tramitação e aprovar a PEC Aglutinativa 86-A. Conselheiro **Diógenes Sandim Martins** informou que a Força Sindical aproveitara o evento realizado no dia 1º de Maio/2000, através de uma “Estação Saúde/SUS”, para divulgar os encaminhamentos referentes à PEC Aglutinativa 86-A e que o Presidente da Força Sindical remetera correspondência a todos os Senadores, objetivando o conhecimento de suas posições com relação à votação da PEC. O Senhor **Wellington**, representando a Diretoria do CONASEMS, fez breve resumo da movimentação do CONASEMS em relação à aprovação da PEC Aglutinativa 86-A, destacando os seguintes pontos: **I**) emissão de correspondência à Senadores, Deputados, Municípios e entidades do setor saúde; **II**) utilização dos meios de comunicação do CONASEMS para divulgação da PEC (Jornal e Boletim); **III**) confecção de cartazes pela aprovação da PEC (encaminhados aos Senadores); **IV**) publicação de entrevistas e matérias, pelo Presidente do CONASEMS, ressaltando a importância da aprovação da PEC para o setor saúde; **V**) participação no evento realizado pela Força Sindical, onde montara o stand “Estação Saúde/SUS”, que distribuía mais de cinqüenta mil folhetos explicativos sobre a PEC Aglutinativa 86-A; **VI**) emissão de ofícios aos Senadores, especialmente ao Relator, Senador **Antônio Carlos Valadares**, solicitando a agilização do relatório e a permanência do texto apresentado; e **VII**) encaminhamento de ofício aos Deputados e entidades do setor saúde, informando sobre a leitura do Relatório da Comissão de Constituição e Justiça. Conselheira **Zilda Arns** relatou as ações desempenhadas pela Pastoral da Criança, no trabalho de mobilização: **I**) emissão de correspondência aos Senadores, solicitando aprovação da PEC; **II**) participação em audiência realizada com as lideranças dos partidos no Senado Federal e o com Cardeal **Dom Paulo Evaristo Arns**, que resultara na promessa do Senador **Antônio Carlos Magalhães** e de vários Senadores em rever as suas posições negativas à aprovação da PEC; **III**) solicitação do Cardeal **Dom Paulo Evaristo Arns** ao Presidente do Senado Federal para agilização do processo de tramitação e aprovação da PEC; e **IV**) solicitação, através da mídia, que os Coordenadores Estaduais da Pastoral da Criança se mobilizassem junto aos Senadores dos respectivos estados. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** sugeriu que fosse publicado um exemplar especial do Jornal do CNS ou do Boletim, relatando a mobilização das entidades representadas no Conselho pela aprovação da PEC e o significado dessa luta para o Sistema Único de Saúde, na construção do seu novo modelo assistencial. Conselheiro **Mário Scheffer** informou que o Movimento de Luta Contra a AIDS mobilizara-se, através da *internet*, para que as ONGs ligadas ao setor saúde enviassem e-mail aos Senadores Federais, solicitando que estes se empenhassem na aprovação da PEC. Conselheiro **Jocélia Drummond** disse que os representantes da Coordenação da Plenária de Conselhos haviam feito mobilizações nos seus estados, junto aos respectivos Senadores. Conselheira **Zenite Freitas** registrou que o Fórum das Entidades Nacionais de Trabalhadores desenvolvera ações para fortalecer as entidades, ao nível estadual, na mobilização junto aos Senadores de cada estado pela aprovação da PEC.

**2) Implementação das Deliberações da 95ª Reunião Ordinária “Informações e Mecanismos para o Acompanhamento do SUS pelo CNS”, “Agenda Básica – CNS/2000” e “Plano de Trabalho da Comissão de Orçamento e Financiamento /CNS-2000”:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que constava das pastas dos Conselheiros um documento com seis medidas implementadoras das deliberações decorrentes da 95ª Reunião Ordinária: **I**) reunião trimestral no IPEA; **II**) reunião mensal no IPEA; **III**) acompanhamento da coleta e processamento de informações pelo SIOPS e intercâmbio com os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, sobre as respectivas Execuções Orçamentário-Financeiras; **IV**) reunião mensal da Comissão de Orçamento e Financiamento do CNS - COFIN/CNS; **V**) apoio direto ao relatório de Orçamento e Financiamento na Reunião Plenária do CNS; e **VI**) participação da assessoria do Prof. **Elias Jorge** na implantação dessa sistemática.

**3) Grupo de Trabalho Acessibilidade, Acolhimento e Humanização ao SUS:** Conselheiro **Climério Rangel** informou que o referido Grupo de Trabalho encontrava dificuldades em reunir seus componentes, o que era um fator preocupante frente ao convite do Ministério da Saúde de que o Grupo expusesse no Seminário sobre Humanização do SUS, cuja realização seria no dia 24 de maio/2000. A propósito, o Conselheiro **Geraldo Adão** convocou os integrantes do Grupo de Trabalho para participarem da reunião, objetivando preparar a apresentação no referido Seminário. Para que o andamento dos trabalhos do grupo não fosse prejudicado, Conselheira **Maria Lêda Dantas** sugeriu

que os Conselheiros participantes que não estavam podendo comparecer às reuniões renunciasssem para que outros pudessem ser nomeados. Conselheira **Zilda Arns** explicou os motivos pelos quais não havia comparecido às reuniões, sugerindo que fosse indicada outra pessoa para representar a Pastoral da Criança, ou que a mesma fosse substituída; ou que a data da reunião do grupo não fosse concomitante a de outras comissões das quais faz parte. Conselheiro **Climério Rangel** sugeriu que o Grupo de Trabalho que trata da Acessibilidade, Acolhimento e Humanização ao SUS fizesse intercâmbio de informações com a Comissão Organizadora da 11ª Conferência. **ITEM 01 – PREPARAÇÃO DAS ATIVIDADES A PARTIR DAS 14 HORAS** - O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que a reunião conjunta entre o Conselho Nacional de Saúde e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal teria início às quatorze horas e seria concluída às dezesseis horas. Do ponto de vista operacional, a sugestão da Secretaria Executiva do CNS era que a atuação dos Conselheiros fosse espontânea e aberta a todas as representações, no sentido de persuadir os Senadores para a aprovação da PEC. Observou que a Carta-Aberta poderia obter efeito qualitativo com relação àqueles Senadores que ainda não se manifestaram favoráveis à aprovação da PEC, apresentando as seguintes possibilidades de encaminhamento: **I)** que a Carta-Aberta fosse lida por um Conselheiro do CNS, no início ou no final da sessão; **II)** que a Carta-Aberta não fosse lida, apenas distribuída aos Senadores. O Conselheiro **Heder Murari** ressaltou a importância de ampla divulgação da Carta-Aberta na mídia nacional e considerou que a votação do salário-mínimo, naquele mesmo dia, no Congresso Nacional, seria um fator positivo à mobilização pela PEC, visto que um dos eixos da argumentação do Presidente da República ia de encontro à PEC, no que se refere ao Pacto Federativo e às responsabilidades transferidas aos Estados e Municípios. Sugeriu, então, que a referida Carta-Aberta fosse publicada como matéria paga, nos principais jornais do país. Conselheira **Zilda Arns** comentou que não constava da Carta-Aberta referência ao comprometimento de 60% dos recursos de estados e municípios com a folha de pagamento de funcionários, estando incluídas as áreas de educação e da saúde. O Coordenador explicou que na primeira versão da Carta-Aberta essa questão estava contemplada, porém, o encaminhamento final foi de que a Carta deveria ser apresentada de forma enxuta, facilitando a leitura. Propôs, então, que a argumentação apontada pela Conselheira **Zilda Arns** fosse exposta durante a sessão. Conselheiro **Carlos Martins** sugeriu que o CNS procurasse conhecer as razões pelas quais alguns Senadores haviam manifestado-se contrários à PEC Aglutinativa 86-A, buscando argumentos para contestá-los, durante a sessão, e para convencer os Senadores que ainda não tornaram públicas as suas posições. O Coordenador lembrou que existiam Senadores desinformados, considerando importante informá-los sobre o papel da Comissão Intergestores Tripartite e das vinte e sete Comissões Estaduais Bipartites, as quais continham todos os dados de gestão financeira dos respectivos estados, que poderiam esclarecer prováveis dúvidas dos Senadores. Conselheiro **Jocélio Drummond** ponderou que os Senadores que não apoiavam o Governo poderiam mencionar a falta de transparência da atual utilização dos recursos do Ministério da Saúde, citando como exemplo o caso do Fundo Nacional da Saúde. O Conselheiro informou que não poderia comparecer à reunião conjunta e disse, ainda, que o CNS deveria ter um posicionamento de exigir o controle social sob os recursos da área da saúde, pelos quais vinha lutando, caso fosse aprovada a PEC 86-A. Conselheira **Maria Lêda Dantas** sugeriu que a Carta-Aberta fosse lida e lembrando que, o comprometimento diferenciado de recursos, nos municípios, levava os cidadãos a se deslocarem para outros centros, podendo o CNS argumentar que esse fato acarretava no gasto de recursos com indivíduos não pertencentes àquele município. Conselheira **Maria Natividade Santana** ponderou que o CNS deveria utilizar estratégia diferenciada de atuação junto aos Senadores que são e aos que não são favoráveis à aprovação da PEC. Conselheiro **Carlos Martins** sugeriu que o CNS visitasse os Senadores que não comparecessem à reunião conjunta. O Plenário decidiu que a Carta-Aberta seria lida pela Conselheira **Zilda Arns**, precedida de breve introdução sobre a conjuntura da área social do país, proferida pela Conselheira **Maria Lêda Dantas**. O Conselheiro **Gilberto Natalini**, ao chegar da Reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, informou sobre a leitura do relatório pelo Senador **Antônio Carlos Valadares**, que emitira parecer favorável à aprovação e anexara a Carta-Aberta do CNS ao relatório, acrescentando que, por sugestão dos Senadores **Carlos Wilson** e **Pedro Simon**, a Comissão pedira vistas coletiva ao processo, o que poderia ser considerada uma vitória política. **ITEM 02 – REUNIÃO CONJUNTA CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE E COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DO SENADO FEDERAL** - O Senador **Osmar Dias** declarou aberta a Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, que tinha como assunto em pauta a PEC Aglutinativa 86-A e contava com a participação do Conselho Nacional de Saúde. O Presidente da Comissão declarou que a aprovação da PEC era fundamental para a composição de um orçamento compatível com as necessidades do Ministério da Saúde e do Sistema Único de Saúde, informando que a Bancada do PSDB, no Senado Federal, votaria favoravelmente à Emenda. A seguir, convocou o Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos**, as Conselheiras **Maria**

177 **Lêda Dantas** e **Zilda Arns** e o Bispo **Dom Mauro Morelli** para comporem a mesa. A Senadora  
178 **Heloísa Helena** reiterou a importância da aprovação da PEC e saudou os representantes do Conselho  
179 Nacional de Saúde. A seguir, Conselheira **Maria Lêda Dantas**, fazendo uma breve introdução, proferiu  
180 as seguintes palavras: "Senhoras e Senhores, estou em estado de graça esta tarde. Em 1988, quando  
181 todas as forças vivas da nação estavam aqui reunidas para construir a Constituição-Cidadã, na  
182 Comissão de Ordem Social, falaram os representantes de indígenas, dos negros, da família e etc.  
183 Porém, havia um resto de brasiliade que foi chamada de minoria, que era a sociedade desorganizada,  
184 excluída, doída, sem teto e sem terra. Fui escolhida para falar em nome desse povo. Nós, os avulsos,  
185 os desorganizados, quando falávamos, falávamos na esperança de que sobre aquela carta  
186 haveríamos de criar um país onde a nação e o estado não fossem antagônicos e onde o estado, de  
187 fato, representasse a nação, a fim de que pudéssemos construir a democracia que queríamos. Então,  
188 muito pretensiosamente, falei com os Senadores e Deputados ali presentes que, Jesus Cristo havia  
189 juntado a minoria e dado-lhes a preferência e que, a própria Escola de Frankfurt, como a Escola de  
190 Filosofia e Sociologia Marxista, também houvera feito a profecia de que quem mudaria os rumos do  
191 planeta terra seriam os excluídos. Naquele momento, eu falava em nome da fé, da esperança e de  
192 alguma coisa que não tem nome, mas liga todos os seres humanos, quer seja no Carandiru, quer seja  
193 nas estradas do Paraná, quer seja na Amazônia ou em alguma jangada perdida por aí. E, hoje, como  
194 estou apenas introduzindo a fala da Conselheira **Zilda Arns** e do nosso amado Bispo, já não falo de  
195 uma esperança e, sim, de uma realidade que se concretizou, pois os excluídos estão mais  
196 organizados. Nós, os que doemos, não esperamos passar a dor, nós estamos aqui. Eu lembra aos  
197 Senhores Senadores e Deputados que, ao contrário do que a Escola de Frankfurt dizia e Jesus Cristo  
198 houvera dito, que os opressores de hoje, são os oprimidos de antigamente e que os excluídos de uma  
199 época são os que excluem os outros, haja vista uma série de países e lugares, mas, disse, naquele  
200 momento, e posso dizer que acertei, que quando não há uma democracia, visto que não existe  
201 democracia quando não há terra, quando não há teto e quando não há saúde, mas, podemos dizer que  
202 estamos a caminho. Eu dizia que não havia perigo de que nós, os excluídos daquela época, fôssemos  
203 os excluidores do futuro. Aqui, vamos ver que, aqueles que conseguiram algum poder, não o fizeram  
204 de forma excludente. Todos que aqui estamos temos ideologias e passado político diferentes, mas, em  
205 nome de um planeta habitável e de um país solidário, conseguimos estar aqui, acima de nossas  
206 divergências. Acho que, neste momento, em que representamos todos os segmentos da sociedade, é  
207 um momento histórico e um ato de democracia. Sabemos que o Congresso Nacional não vai deixar  
208 aumentar o fosso que ora começa a se colocar entre governo e sociedade. Não somos antagônicos.  
209 Queremos que o estado esteja a serviço da nação e o primeiro passo para isso é garantir saúde à  
210 todos e que a nossa dor seja minimizada pela responsabilidade dos Senhores Senadores. Obrigada".  
211 Em seguida, a Conselheira **Zilda Arns** cumprimentou os Senadores e Senadoras, Conselheiros e  
212 demais autoridades presentes, passando à leitura da "Carta-Aberta do Conselho Nacional de Saúde  
213 em Defesa da PEC da Saúde", com o seguinte teor: "Nós, os trinta e dois membros titulares do  
214 Conselho Nacional de Saúde, representando os trabalhadores, aposentados, empresários, cientistas,  
215 religiosos, moradores, portadores de deficiências e de patologias, dos profissionais de saúde, dos  
216 prestadores de serviços de saúde e de governos em seus três níveis (Federal, Estadual e Municipal),  
217 deliberamos, por unanimidade, manifestar aos Senhores Senadores nossa preocupação em relação à  
218 tramitação da Proposta de Emenda Constitucional da Saúde (PEC Aglutinativa 86-A). Com base nessa  
219 preocupação, ponderamos: 1- A urgência da aprovação desta PEC é essencial para a saúde da  
220 população brasileira, cuja grande maioria continua padecendo, tanto de doenças simples evitáveis,  
221 como de doenças graves e depende dos serviços públicos de saúde. 2- A aplicação dos princípios do  
222 SUS vem proporcionando evidentes melhorias à população em todos os níveis de atenção e serviços  
223 de saúde. A mortalidade infantil vem decrescendo sensivelmente. Houve uma extraordinária expansão  
224 de cobertura, com a inclusão de amplos segmentos anteriormente excluídos e benefícios para toda a  
225 população. O SUS é responsável por mais de 80% (oitenta por cento) dos transplantes, cirurgias  
226 cardíacas e demais serviços de alta complexidade e custos realizados no país. 3- Entretanto, o SUS  
227 ainda enfrentaria problemas com serviços de má qualidade; insuficiente cobertura de ações  
228 preventivas; dificuldade de acesso aos serviços; permanência de índices preocupantes de doenças  
229 como Malária, Tuberculose, Verminoses, Subnutrição, Leishmaniose, etc., além de alta mortalidade  
230 materna e neonatal; números alarmantes de acidentes do trabalho e do trâfego, de homicídios e do  
231 alcoolismo. Ainda assim, pesquisa do IBOPE apontou que mais de 75% (setenta e cinco por cento) dos  
232 usuários que conseguem acesso aos serviços do SUS acham que suas necessidades são atendidas.  
233 4- O funcionamento dos serviços de saúde carrega uma herança de mais de seis décadas, que  
234 retarda, nesta década, a aplicação dos princípios do SUS. Um dos piores aspectos é o baixo  
235 financiamento com grande instabilidade e consequente sofrimento da população usuária. 5- Ao propor  
236 o patamar mínimo de 7% (sete por cento) das receitas próprias dos Municípios e Estados para a

saúde, a proposta da PEC 86-A é moderada. Os Municípios, pressionados pela demanda, já o ultrapassaram, assim como a maior parte dos Estados. O mesmo ocorre com o patamar mínimo para a União, de acréscimo de 5% (cinco por cento) para o ano 2000, sobre o orçamento empenhado pelo Ministério da Saúde em 1999, o que compensa a perda inflacionária do período. 6– Ao propor a progressão por cinco anos até 12% (doze por cento), para os Estados e 15% (quinze por cento) para os Municípios, e aumento de acordo com a variação nominal do PIB para a União, a proposta, além de moderada, é realista. Perfeitamente viável em qualquer política econômica. 7– O SUS foi legalmente estruturado pelas determinações constitucionais, legislação complementar e normas operacionais básicas, com pleno caráter federativo no que se refere às três esferas de governo (União, Estados e Municípios), em seus três níveis de gestão e execução de serviços. Entretanto, ficou pendente a responsabilização orçamentária e financeira das três esferas de governo da República Federativa do Brasil. A PEC 86-A, uma vez aprovada, viria definir esta responsabilidade. Não significaria, portanto, mais uma vinculação entre as três dezenas que já existem engessando as administrações. Pelo contrário, realça o princípio federativo do governo e de responsabilidade orçamentária. Sendo assim: Conclamamos os Senhores Senadores a acelerarem a tramitação e a aprovação da PEC 86-A. Trata-se de um tema de caráter marcantemente pluripartidário, reflexo que se espelha no conjunto de forças, tendências e posições ideológicas que se abrigam sob a bandeira da mobilização nacional em defesa da PEC 86-A. Este espectro é visível não apenas entre as entidades civis que compõem o movimento, mas também nas bancadas das Câmaras Municipais, das Assembléias Estaduais e do Congresso Nacional que o apoiam. São notórias a relevância e a expressiva manifestação das entidades dos usuários, profissionais, empresários e prestadores de serviços e o compromisso de cada parlamentar na defesa dos interesses e do bem estar do cidadão. Neste caso específico, o papel dos Senhores Senadores toma vulto já que está nas mãos desta Casa Legislativa o futuro da Proposta de Emenda Constitucional 86-A. Sem esse instrumento legal em vigor fica ameaçado um dos mais importantes direitos do cidadão: o acesso universal, integral e gratuito aos serviços públicos de saúde". Após a leitura, o Bispo **Dom Mauro Morelli** manifestou sua satisfação em participar da reunião e informou que a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil havia entregado uma carta às comunidades brasileiras, intitulada "Diálogo e Esperança", que ressaltava a importância do espaço de diálogo como o que estava sendo proporcionado naquele momento. O Bispo enfatizou a necessidade de garantir condições mínimas de cidadania à sociedade e exaltou a última frase da Carta-Aberta do CNS, que dizia: "Sem esse instrumento legal (Proposta de Emenda Constitucional 86-A) fica ameaçado um dos mais importantes direitos do cidadão: o acesso universal, integral e gratuito aos serviços públicos de saúde" – alertando que essa frase não poderia ser considerada genérica, mas, sim, com rosto, com nome e endereço em aproximadamente um terço da população brasileira. Reiterou a necessidade de aceleração no processo de vinculação, o qual desencadeará os recursos necessários para proporcionar saúde à população e declarou que a carta elaborada pela CNBB propunha a realização de um grande mutirão, objetivando assegurar vida com dignidade e esperança, especialmente, às crianças. O Senador **Sebastião Rocha** manifestou a sua satisfação e homenageou o CNS pelos relevantes serviços prestados à nação, considerando o Conselho o dinamizador da descentralização da saúde e elogiando, também, o trabalho desempenhado pela CNBB. Acrescentou que havia amplo segmento no Senado Federal, inclusive os membros da Comissão de Assuntos Sociais (principalmente aqueles ligados à área da saúde), empenhado em aprovar a PEC Aglutinativa 86-A e informou que fora solicitado vistas à PEC, durante a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, porém, com a determinação de que a matéria fosse apreciada no prazo regimental (uma semana), o que o deixara esperançoso quanto a aprovação da PEC Aglutinativa 86-A, ainda no primeiro semestre de 2000. Conselheira **Rita de Cássia Barata** disse que um aspecto importante para a aprovação da PEC Aglutinativa 86-A era a definição do orçamento para o SUS, constituindo uma base sólida, permitindo o atendimento das necessidades da área da saúde. Indagou se havia uma posição sobre a tramitação da PEC, para que o CNS pudesse seguir com a mobilização das entidades representadas no CNS. A Senadora **Heloísa Helena** colocou a Comissão de Assuntos Sociais à disposição do CNS para prestar informações sobre a tramitação, declarando que seria feito um trabalho de sensibilização junto aos parlamentares para que estes não utilizassem os mecanismos regimentais que permitiam a protelação da aprovação. Conselheiro **Carlos Martins** fez um apelo aos Senadores da Bancada do PFL para que votassem à favor da PEC Aglutinativa 86-A, atendendo aos interesses da população e colocando a saúde como prioridade. Conselheiro **José Carlos Passos** declarou que, em vista da Carta-Aberta apresentada pelo CNS, era desnecessário ressaltar a importância da PEC Aglutinativa 86-A para o país, destacando, apenas, que para o êxito esperado do SUS, fazia-se necessário o conhecimento do volume de recursos que poderia ser aplicado, o que seria permitido através da vinculação. O Senador **Tião Viana** registrou o empenho dos Senadores **Osmar Dias** e **Heloísa Helena** em prestar solidariedade ao movimento nacional pela aprovação da PEC Aglutinativa 86-A e o trabalho de

reflexão, desempenhado pelo Senador **Geraldo Althoff** junto à Bancada do PFL. Acrescentou que o controle social, representado pelo CNS, era o reflexo de uma nação em busca da democracia e sugeriu que os membros do Conselho solicitasse ao Presidente do Senado Federal que a PEC Aglutinativa 86-A fosse considerada prioridade na pauta daquela casa. Senador **Geraldo Althoff** declarou que a posição do PFL não era contrária à área da saúde e, sim, à vinculação de recursos, considerando, porém, que através de um trabalho de sensibilização, os parlamentares poderiam rever suas posições. Ao ser indagado sobre a sua posição, manifestou-se favorável à PEC 86-A. Conselheiro **José Luiz Spigolon** salientou que as Santas Casas eram consideradas estratégias fundamentais de avanço do sistema público de saúde e, encontravam no SUS um sistema reconhecido internacionalmente pela sua qualidade e pela humanização no atendimento ao cidadão e que com a vinculação de recursos poderia recuperar a situação de pobreza e miséria existente em algumas regiões do país. Conselheiro **Heder Murari** ponderou que algumas questões deveriam superar o caráter partidário, como o caso da PEC Aglutinativa 86-A e falou aos Senadores sobre a realização da 11ª Conferência Nacional de Saúde. Ressaltou, ainda, que a PEC Aglutinativa 86-A era semelhante à proposta apresentada pela Presidência da República referente ao salário mínimo, no que diz respeito à responsabilização de Estados e Municípios. Conselheira **Maria Natividade Santana**, em nome do Fórum de Entidades de Trabalhadores da Área da Saúde, fez apelo aos Senadores para que aprovassem a PEC Aglutinativa 86-A. O Deputado **Darcísio Perondi** lembrou que a votação da PEC Aglutinativa 86-A, na Câmara dos Deputados, fora uma vitória exaustivamente negociada, tanto na área governamental como na oposição, manifestando sua opinião de que a PEC 86-A seria aprovada, contando, inclusive, com votos de Senadores pertencentes à Bancada do PFL. Deputado **Kleuber Carneiro** externou que a Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara Federal, considerava de extrema importância o trabalho que estava sendo realizado pelo Conselho Nacional de Saúde e externando que obtivera informação de dois Senadores da Bancada do PFL, de que apoiariam a PEC 86-A. Conselheira **Zilda Arns** disse que a Bancada do PFL deveria ser trabalhada no sentido permitir a liberação do voto aos parlamentares que são favoráveis à PEC Aglutinativa 86-A. Conselheiro **Augusto Amorim** comentou que a saúde necessitava de recursos perenes para sua manutenção, solicitando aos Senadores que procedessem à votação da PEC Aglutinativa 86-A, na forma como foi apresentada na Comissão de Constituição e Justiça. O Deputado **Eduardo Jorge** sugeriu que o CONASEMS divulgasse entre os parlamentares a realização do Encontro de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde, no mês de agosto de 2000, em Salvador, utilizando esse fato como uma forma de pressionar Senadores indecisos. Conselheiro **Climério Rangel** colocou que a vinculação de recursos, apresentada na PEC, priorizava os pilares básicos da democracia, que eram saúde e a educação, garantindo ao cidadão o acesso ao Sistema Único de Saúde. Conselheiro **Geraldo Adão** comentou que o SUS dependia da aprovação da PEC e cento e trinta milhões de brasileiros dependiam do SUS, reiterando que o exercício de cidadania passava pelo acesso universal, facilitado, eqüânime, integral e de qualidade aos recursos de saúde para todos os brasileiros. Conselheiro **Augusto Amorim** homenageou, em nome do CNS, ao Deputado **Kleuber Carneiro**, pelo trabalho e o auxílio prestado na mobilização pela PEC Aglutinativa 86-A. Conselheira **Maria Lêda Dantas** colocou que a questão da saúde não poderia ser desvinculada da seguridade social, portanto, os aposentados e pensionistas brasileiros pleiteavam a vinculação de recursos, visto que a reverência pela vida deveria ser princípio mais importante do que qualquer outro princípio operacional. Conselheira **Marisa Fúria** ressaltou que o pleito do CNS era o pleito da sociedade brasileira, para que a PEC fosse votada e aprovada no Senado Federal.

**ATIVIDADES NO SENADO FEDERAL E PRORROGAÇÃO DA CONTINUIDADE DA MOBILIZAÇÃO** - O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos**, inicialmente, informou que fora distribuída a lista dos Senadores da Bancada do PFL, com os respectivos números para contato, sugerindo que fosse feito um esforço mobilizador concentrado nesses Senadores. Conselheiro **Diógenes Sandim Martins** ponderou que o encaminhamento da mobilização deveria ser focalizado na quebra de resistência do PFL sobre a PEC Aglutinativa 86-A, haja vista existirem Senadores que têm posição favorável à aprovação da referida PEC. Conselheira **Neide Barriguelli** observou que era o momento de intensificar a mobilização “corpo a corpo”, junto aos Senadores. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** observou que esse trabalho também poderia ser feito nos respectivos estados. Conselheiro **Licínio Ratto** propôs que o CNS procurasse conhecer os motivos pelos quais alguns Senadores, Governadores e Prefeitos eram contrários à vinculação para a saúde, principalmente, àqueles que compunham a Bancada do PFL. Conselheira **Zenite Freitas**, complementando a proposta da Conselheira **Neide Barriguelli**, ressaltou a importância de articulação das entidades representativas da sociedade, no CNS, junto aos Senadores. Conselheiro **Carlos Martins** falou sobre a necessidade do conhecimento das posições contrárias à PEC, de Senadores que não eram da Bancada do PFL e sugeriu que fosse publicada, nos principais jornais do país, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, uma nota explicativa sobre a PEC e a sua tramitação.

357 Isso poderia ser efetuado através de articulação como os Conselhos Estaduais. O Coordenador  
358 **Nelson Rodrigues dos Santos** ponderou que a Carta-Aberta do CNS era um documento explicativo e  
359 didático, podendo ser utilizado na finalidade de esclarecimento à sociedade. Conselheiro **Heder Murari**  
360 sugeriu que o CNS organizasse um movimento mobilizador de massa, uma “*Marcha pela Saúde*”, no  
361 dia 07 de junho de 2000, quando a PEC voltaria a ser apreciada pela Comissão de Constituição e  
362 Justiça, a fim de pressionar os parlamentares. Conselheira **Zilda Arns** concordou com a posição do  
363 Conselheiro **Diógenes Sandim Martins**, de que a principal mobilização seria no sentido da liberação  
364 de votos do PFL e, acompanhada pela Conselheira **Maria Natividade Santana**, considerou exíguo o  
365 tempo para organização de uma mobilização de grande porte. Conselheiro **Climério Rangel** sugeriu  
366 que fosse encaminhado documento aos Conselhos Estaduais de Saúde, a fim de que atuassem na  
367 mobilização junto aos Senadores, em seus estados. Conselheiro **Augusto Amorim** sugeriu que o CNS  
368 disponibilizasse os documentos relativos à PEC, aos Senadores que manifestaram apoíá-la, para que  
369 os mesmos passassem a difundir as informações; que fosse agendada audiência como o Presidente  
370 do Senado Federal, Senador **Antônio Carlos Magalhães** e que houvesse mobilização do CNS junto  
371 aos Governadores. Conselheira **Marisa Fúria** sugeriu que fosse enviado telegrama aos Senadores, na  
372 véspera da apreciação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e a  
373 divulgação dos nomes dos Senadores que tinham posição contrária à PEC. Conselheiro **Sylvio**  
374 **Romero** observou que o PFL, bem como seus Senadores não deveriam ser “*condenados*” pelo CNS  
375 em vias públicas de comunicação, pois poderia gerar um resultado contraproducente. Conselheiro  
376 **Licínio Ratto** apresentou proposta de folheto explicativo sobre a tramitação da PEC Aglutinativa 86-A.  
377 O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** sugeriu que a proposta do Conselheiro **Heder Murari**  
378 fosse estudada em conjunto com a Comissão Organizadora da Plenária de Conselheiros. O  
379 Conselheiro **Heder Murari** retirou a sua proposta. O Plenário decidiu manter a mobilização da Plenária  
380 de Conselheiros, no dia 07 de junho de 2000, conforme decidido na 96ª Reunião Ordinária do  
381 Conselho e a Comissão de Mobilização, constituída naquela reunião, estudaria junto às entidades  
382 representadas no Conselho a possibilidade de adesão à Marcha Mobilizadora. Durante a votação, o  
383 Conselheiro **Sylvio Romero** absteve-se. **ITEM 04 – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR: CRIAÇÃO, OBJETIVOS, MÉTODOS E METAS** – O Coordenador **Nelson**  
384 **Rodrigues dos Santos** informou que esse item seria adiado, por motivo de problemas de saúde do  
385 expositor, o Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Dr. **Januário Montone**.  
386 Conselheira **Maria Lêda Dantas** lembrou que a Comissão de Saúde Suplementar aguardava essa  
387 apresentação para começar a funcionar e o Conselheiro **Mário Scheffer** considerou um desrespeito  
388 com o Conselho o adiamento da exposição, que ocorria pela terceira vez, sugerindo que fosse  
389 solicitado um substituto do Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, para proceder à  
390 apresentação. O Coordenador observou que os adiamentos anteriores do referido item deveu-se à  
391 questão da pauta do próprio CNS, lembrando que em ambas ocasiões o Presidente da Agência  
392 Nacional de Saúde Suplementar comparecera ao CNS. Contudo, por sugestão da Conselheira **Graca**  
393 **Maria de Carvalho**, comprometeu-se a contatar à Agência, solicitando um representante substituto  
394 para proceder à apresentação do item. **ITEM 05 – RELATÓRIO DO TCU** - Conselheira **Rita de Cássia**  
395 **Barata** esclareceu, inicialmente, que o relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União referia-se à  
396 uma avaliação daquele Tribunal sobre o SUS, no período de 1997 e 1998, o que acarretava no  
397 vencimento de várias questões apontadas no referido relatório. O Grupo de Trabalho centrara os seus  
398 estudos nos documentos produzidos pelo TCU, principalmente no relatório elaborado pelo corpo  
399 técnico, que servira de elemento para deliberação do Plenário do TCU e resultara em decisões  
400 encaminhadas ao Ministério da Saúde. Concluindo, declarou que o Grupo de Trabalho procurara  
401 apontar as providências que deveriam ser tomadas pelo CNS. Em seguida, o Conselheiro **Solon Viana**  
402 passou a apresentar o relatório do grupo, que abordava os seguintes tópicos: **I)** finalidade do relatório:  
403 **A)** implicações das principais determinações e recomendações do TCU; e **B)** possível linha de  
404 interlocução CNS/TCU; **II)** principais determinações e recomendações: **A)** financiamento: **1)** fixar  
405 critérios de repasse; **2)** regulamentar o uso dos recursos por Estados e Municípios; **3)** definir  
406 prioridades para recursos novos (PEC); e **4)** reexaminar a renúncia fiscal. **B)** auditoria: **1)** definição de  
407 competências de forma clara; **2)** capacitar auditores subnacionais; **3)** elaborar plano de cargos e  
408 salários; **4)** enfatizar auditoria nas prerrogativas dos gestores subnacionais. O grupo concluiu que as  
409 determinações e recomendações emanadas do TCU eram, de um modo geral, de inegável  
410 oportunidade e procedência e apresentou as seguintes recomendações ao CNS: **I)** encaminhar às  
411 Comissões Permanentes do CNS cópia do relatório da Auditoria e da Decisão 955/1999; e **II)** incluir na  
412 agenda de trabalho do Conselho as seguintes questões, tratadas na Decisão nº 955/99: **1)**  
413 descentralização; **2)** dupla porta de acesso ao sistema de saúde; **3)** relatório de gestão e **4)**  
414 interlocução com o TCU. O Senhor **Adnei Pereira de Moraes**, representante da Secretaria de Políticas  
415 de Saúde/MS, salientou que, como o relatório do TCU, referia-se ao ano de 1998, portanto, algumas  
416

417 de suas determinações já haviam sido atendidas. Acrescentou que o relatório de gestão e o de planos  
418 de saúde eram os principais instrumentos de gestão do SUS, porém, a legislação não estabelecia  
419 prazo para a entrega desses relatórios. Informou, então, que o Ministério da Saúde elaborara minuta  
420 de Portaria estabelecendo essas datas, bem como o formato do relatório de gestão. Conselheira **Neide**  
421 **Barriguelli** manifestou a sua satisfação quanto à inclusão da “*dupla porta de entrada*” na agenda de  
422 trabalho do CNS. Conselheira **Zenite Freitas** registrou a importância do trabalho do grupo, sugerindo  
423 que o documento fosse enviado aos Conselhos Estaduais de Saúde, porém, a Conselheira **Rita de**  
424 **Cássia Barata** explicou que as determinações do TCU tinham valor apenas ao nível federal e que o  
425 relatório do grupo de trabalho poderia ser distribuído aos respectivos Conselhos Estaduais a título de  
426 colaboração. Conselheiro **Diógenes Sandim Martins**, referindo-se ao critério de repasse de recursos  
427 federais para os estados e municípios, informou que a Secretaria de Assistência à Saúde/MS estava  
428 discutindo proposta de estratificação e qualificação dos municípios, de acordo com o nível de  
429 complexidade, indagando se a Comissão designada para avaliar a questão do repasse de recursos  
430 possuía interlocução com a SAS, nesse sentido. As sugestões apresentadas pelo Grupo de Trabalho  
431 fora consideradas aprovadas. **ITEM 07 – COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DO**  
432 **CNS – CONFIN: RELATÓRIO MENSAL E NOVO MÉTODO DE TRABALHO COM A SECRETARIA**  
433 **EXECUTIVA DO CNS** - O Prof. **Elias Jorge** apresentou e fez os devidos esclarecimentos sobre o  
434 Relatório da Comissão de Orçamento e Financiamento do CNS, o qual dispunha sobre os seguintes  
435 temas: **I**) execução orçamentária do Ministério da Saúde; **II**) arrecadação da União pela Secretaria da  
436 Receita Federal; **III**) execução orçamentária do Governo Federal referente ao mês de março de 2000;  
437 **IV**) Proposta de Emenda Constitucional Aglutinativa 86-A – vinculação de recursos para a saúde; **V**)  
438 Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS; **VI**) Plano de Trabalho da  
439 CONFIN/CNS, para o ano 2000; e **VII**) sugestões e encaminhamentos ao Plenário: **1**) manutenção e  
440 intensificação das atividades pela aprovação da PEC Aglutinativa 86-A; **2**) determinação à  
441 Coordenação Geral do CNS e à Assessoria de Orçamento e Finanças de proceder ao estudo da  
442 viabilidade de promoção de curso de introdução ao acompanhamento do processo orçamentário da  
443 União para Conselheiros titulares e suplentes do CNS; **3**) definição dos temas centrais a serem  
444 abordados na 1ª reunião de avaliação programática trimestral; **4**) acompanhamento dos entendimentos  
445 para ampliação e reformulação do apoio técnico à Comissão, por parte da Coordenação da Comissão  
446 e Assessoria de Orçamento e Finanças; e **5**) aprovação do relatório da COFIN e do material de apoio,  
447 considerando-os anexos à ata da 97ª Reunião Ordinária do CNS. O relatório foi aprovado, bem como  
448 as sugestões nele contidas. **EXTRA-PAUTA - I) 11ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE:**  
449 Conselheiro **Jocélio Drummond** informou que houvera manifestação desfavorável das Regiões Norte,  
450 Nordeste, Sul e Sudeste na reunião dos Coordenadores das Plenárias Nacionais com relação à  
451 mudança do tema para “*Efetivando o SUS: Acesso, Qualidade e Humanização na Atenção à Saúde*  
452 com Controle Social”, haja vista que as Conferências Estaduais de Saúde estavam em andamento,  
453 trabalhando o tema “*Efetivando o Controle Social*”, o que poderia gerar distorções nos debates ao nível  
454 local e nacional. Acrescentou que esse assunto deveria voltar a ser discutido na Plenária Nacional de  
455 Conselheiros, no sentido de enfatizar o controle social como tema central da Conferência e que ainda  
456 não fora designada Comissão Organizadora para a Conferência. Conselheira **Neide Barriguelli**  
457 indagou qual a base legislativa que incumbia o CNS de escolher o tema da 11ª Conferência Nacional  
458 de Saúde e o Coordenador respondeu que o Poder Executivo convocava as Conferências e os  
459 Conselhos Estaduais, Municipais e CNS determinavam o temário. Conselheiro **Carlos Martins**  
460 ponderou que a participação aberta de um grande número de delegados poderia inviabilizar o  
461 funcionamento da Conferência. Conselheira **Maria Natividade Santana** informou que o Fórum de  
462 Entidades de Trabalhadores da Área da Saúde entendia que deveria ser mantido o tema “*Efetivando o*  
463 *Controle Social*”. Conselheira **Zilda Arns** disse que a proposta aprovada na reunião anterior era  
464 abrangente e enfocava o controle social. Conselheiro **Temístocles Neto** disse que o novo tema  
465 permitia centralizar os debates sobre o controle social no modelo de assistência e no modelo de  
466 gestão. Conselheira **Zenite Freitas** lembrou que havia um Grupo de Trabalho do CNS designado para  
467 discutir a questão da acessibilidade, que poderia ter trabalhado o tema central da Conferência, antes  
468 de ser debatido pelo Conselho. Conselheira **Rita de Cássia Barata**.observou que o CNS deveria  
469 definir qual era o produto esperado da Conferência para, posteriormente, decidir o número de  
470 delegados. Conselheiro **Cláudio Duarte** sugeriu que o CNS superasse a questão do tema e  
471 começasse a encaminhar o desenvolvimento operacional da 11ª Conferência Nacional de Saúde.  
472 Conselheiro **Jocélio Drummond** apresentou proposta de participação de três mil delegados, sendo  
473 que 90% seriam eleitos em Plenárias Estaduais de Saúde e, 10% seriam representantes de entidades  
474 nacionais da área da saúde e do governo. Conselheira **Zilda Arns** disse que a 9ª Conferência Nacional  
475 de Saúde havia sido bem organizada, propondo que o CNS utilizasse os mesmos critérios  
476 organizacionais. Foi constituído Grupo de Trabalho, composto pelos Conselheiros **Jocélio**

477 **Drummond, Zilda Arns, Cláudio Duarte, Rita de Cássia Barata, Maria Natividade Santana, Carlos**  
478 **Martins e Climério Rangel** para, inicialmente, indicar diretrizes para a elaboração proposta de  
479 Regimento Interno para a 11<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde, estudar a sua composição e o número  
480 de delegados que participarão. Por sugestão do Conselheiro **Carlos Martins**, aprovada em Plenário, a  
481 11<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde será pautada em todas as reuniões ordinárias do Conselho, que  
482 antecederem a sua realização. **II)** Foi aprovada moção do CNS de apoio ao abaixo assinado  
483 promovido pelos Deputados Federais, solicitando a abertura de uma Comissão Parlamentar de  
484 Inquérito dos Planos Privados de Saúde. **ENCERRAMENTO** - Nada mais havendo a tratar e esgotada  
485 a pauta, a reunião foi considerada encerrada. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: **Ana**  
486 **Maria Lima Barbosa, Augusto Alves Amorim, Carlos Corrêa Martins, Cláudio Duarte, Climério**  
487 **Rangel, Diógenes Sandim Martins, Graça Maria de Carvalho, Heder Murari, Jocélio Drummond,**  
488 **José Carlos Passos, José Luiz Spigolon, Licínio Ratto, Maria Lêda de Resende Dantas, Maria**  
489 **Natividade Gomes Teixeira Santana, Marisa Fúria Silva, Mário Scheffer, Neide Barriguelli, Rita de**  
490 **Cássia B. Barata, Sylvio Romero S. Costa, Sólon Viana, William Saad, Zenite da Graça B. Freitas**  
491 **e Zilda Arns.**